



## REFLEXÕES SOBRE A REFORMA NO CONSELHO DE SEGURANÇA DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS E A POSIÇÃO DO BRASIL<sup>1</sup>

Vitória Maria Borba de Lima<sup>2</sup>

Deijenane Gomes dos Santos<sup>3</sup>  
deijenane.santos@estacio.br

### RESUMO

O artigo a seguir tem como objetivo apresentar uma reflexão acerca dos esforços do Brasil em sua busca por um assento no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (CS-ONU) e os empecilhos encontrados pelo país nesse processo. O escopo de tempo analisado é o período dos dois mandatos do presidente Lula da Silva (2003-2010), aliado a uma breve contextualização histórica da iniciativa brasileira ao longo dos anos. Esta pesquisa se utiliza de técnica qualitativa, por meio de análise bibliográfica e documental, com o intuito de mostrar uma análise descritiva e explicativa do tema estudado. Através da pesquisa foi possível observar que, apesar dos esforços brasileiros na busca por um assento no CS-ONU, o país não conseguiu lograr êxito na sua candidatura, diante dos entraves impostos por países vizinhos, do exclusivismo do CS-ONU e da liderança norte-americana em questões da alta política mundial.

Palavras-chave: ONU; Conselho de Segurança; Assento permanente; Governo Lula

### ABSTRACT

The following article aims to present a reflection on the efforts of Brazil, in its search for a seat on the Security Council of the United Nations (CS-UN) and the obstacles encountered by the country in this process. The scope of time analyzed is the period of President Lula da Silva's two terms (2003-2010), combined with a brief historical contextualization of the Brazilian initiative over the years. This research uses a qualitative technique, through bibliographic and documentary analysis, in order to show a descriptive and explanatory analysis of the studied subject. Through the research it was possible to observe that, despite the Brazilian efforts in the search for a seat in the CS-UN, the country was not able to succeed in its candidacy, in the face of the obstacles imposed by neighboring countries, the exclusivity of the CS-UN and the United States leadership in matters of world high politics.

Keywords: ONU; Security Council; Brazil; Permanent seat; President Lula.

### INTRODUÇÃO

O interesse do Brasil em obter um assento no Conselho de Segurança da ONU (CS-ONU) é uma realidade que tem acompanhado a política externa do país desde o início do século passado, entretanto, foi durante os mandatos do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) que o Brasil passou a se engajar ainda mais na questão. Dentro da perspectiva esboçada pelo governo mencionado, qual seja, a de um sistema internacional mais democrático politicamente, a Política Externa Brasileira (PEB) foi proativa na busca pelo assento, com o Brasil participando de iniciativas importantes no cenário internacional, com o intuito de projetar

<sup>1</sup> Este artigo se refere à pesquisa desenvolvida no trabalho de conclusão de curso da autora.

<sup>2</sup> Graduada em Relações Internacionais pelo Centro Universitário Estácio do Recife.

<sup>3</sup> Mestra em Ciência Política e professora no Centro Universitário Estácio do Recife.



uma imagem de uma nação capaz de lidar com as responsabilidades de um membro do CS-ONU. O objetivo do Brasil em conseguir um assento vem desde a criação da organização anterior à ONU, a Liga das Nações<sup>4</sup>. Após o fracasso da Liga, somente após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) é que os países irão se aliar para apoiar uma nova proposta, a saber, ONU, organização criada em 24 de outubro de 1945, em um esforço para conter o belicismo no sistema internacional. Mesmo antes de a organização ser formalizada, o Brasil já tinha o intuito de obter um assento permanente, tendo inclusive participado da carta de criação da ONU. Contudo, o objetivo brasileiro de fazer parte do CS-ONU não foi possível à época, haja vista o país não ser uma potência, o que gerou desconfiança por parte dos membros do CS em relação ao Brasil. Durante o governo Lula, O Brasil deu continuidade à iniciativa do governo anterior de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) em busca do assento, ao se opor à liderança atual, que é formada pelo P5. (BRIGIDO, 2010). O P5 é formado por 05 estados com poder de veto nas decisões do conselho da ONU: Estados Unidos, China, Rússia, França e Reino Unido.

Além do Brasil, outros países não estavam satisfeitos com a falta de representatividade regional no CS-ONU, o qual é formado apenas pelos vencedores da Segunda Guerra. Com isso, os países que não se sentiam representados apenas pelo P5, resolveram criar um grupo que representasse aqueles que deveriam ter maior voz e representatividade no Conselho, o G4<sup>5</sup> (BRIGIDO, 2010, p. 50). Analisando os fatores que possivelmente contribuíram para que o Brasil não lograsse êxito em suas tentativas de reforma, observa-se que durante o governo Lula, nota-se a falta de apoio dos países vizinhos, a dificuldade econômica para manter um lugar competitivo dentre várias outras potências no sistema internacional, além dos entraves no que se refere à participação brasileira em missões de paz da ONU (OLIVEIRA, 2017). A seguir, será apresentada uma discussão acerca dos esforços do Brasil na busca por um assento no CS-ONU durante o governo Lula da Silva, além de uma contextualização histórica que ajudará na compreensão da postura brasileira no que concerne ao interesse de ter um assento no CS.

## 1. O CONSELHO DE SEGURANÇA

O Conselho de Segurança (CS) das Nações Unidas foi criado em 17 de janeiro de 1946, com o objetivo de zelar pela paz e segurança internacionais, sendo o único organismo da ONU que pode adotar medidas obrigatórias para todos os estados integrantes da organização. O CS é ainda responsável pelas operações de manutenção de paz e por missões políticas especiais, sem mencionar sua capacidade de autorizar intervenções militares para que suas resoluções sejam executadas. O CS é formado por 15 membros, 05 deles permanentes e com poder de veto, a saber, Estados Unidos, França, Reino Unido, Rússia e China. Os membros restantes são rotativos, eleitos pela Assembleia Geral (AG) para mandatos de dois anos. Os cinco membros permanentes (P5) representam a ordem política mundial do pós-Segunda Guerra, haja vista que nenhum outro país tem direito de fazer parte do P5 como membro permanente. As potências que lideravam o cenário internacional à época, coincidiram de que a unanimidade dos membros permanentes era necessária para uma paz duradoura. (GARCIA, 2013).

Para a eleição dos membros não-permanentes os Estados devem contribuir para a manutenção da paz e da segurança internacional, distribuição regional equitativa, conforme o artigo 23 da Carta da ONU (TREVISAN, 2012). O sistema de votação do conselho tem uma estrutura a ser seguida:

<sup>4</sup> Organização Internacional criada em 1919, pós a Primeira Guerra Mundial.

<sup>5</sup> Criado em 2005, envolve: Alemanha, Brasil, Índia e Japão.



A votação tem uma estrutura bastante peculiar, qual seja uma forma de aprovação mista (mescla das formas de aprovação quantitativa e qualitativa), onde os 15 membros votam, sendo necessária a aprovação de ao menos 2/3 destes (aprovação por maioria quantitativa), porém os 5 membros permanentes possuem poder de veto, necessário se faz que todos eles votem a favor ou contra, bastando apenas que 1 deles vote em desacordo aos demais para que o projeto ou proposta seja vetado (TREVISAN, 2012, p. 1).

O processo de votação vem sofrendo críticas, pois, apesar de todos os membros participarem da estrutura do poder de decisão, o poder está na verdade nas mãos dos membros permanentes. O uso abusivo do direito de veto afetou o Conselho por anos, e acabou por enfraquecê-lo com o conseqüente fortalecimento da Assembleia Geral, que começou a opinar nos assuntos em que o Conselho de Segurança não conseguia alcançar uma solução. (TREVISAN, 2012).

### 1.1 Os esforços do Brasil

Inicialmente, na proposta do governo de Lula, durante seus dois mandatos (2003 - 2011), o seu plano de governo foi esboçado na intenção de atingir maior visibilidade no cenário internacional e obter um assento no Conselho. Considera-se que o Brasil desde o início, esteve presente na tentativa de criação de uma nova ordem mundial, mais democrática em relação à participação de potências médias como o Brasil; Lula pretendia dar continuidade ao setor de expansão da política externa brasileira, junto com seu ministro das Relações exteriores, Celso Amorim. Em seu primeiro discurso na assembleia da ONU, Lula externou sua intenção:

podemos ignorar as mudanças que se processaram no mundo, sobretudo a emergência de países em desenvolvimento como atores importantes muitas vezes exercendo papel crucial na busca no cenário internacional de soluções pacíficas e equilibradas para os conflitos. O Brasil está pronto a dar a sua contribuição. Não para defender uma concepção exclusivista da segurança internacional. Mas para refletir as percepções e os anseios de um continente que hoje se distingue pela convivência harmoniosa e constitui um fator de estabilidade mundial. (CORRÊA, 2012, p. 841). No decorrer do governo Lula, houve uma intensa tentativa de aproximação do Brasil com seus aliados (EUA e até mesmo a Argentina), buscando se aproximar dos líderes mundiais e lançar suas propostas, buscando seus respectivos apoios. Uma das medidas intensivas de Lula, foi procurar destaque na ONU e com isso, iniciou sua introdução em missões de paz do novo governo. “O CS é uma questão muito importante em termos de política internacional, que agrega muito prestígio e representaria uma entrada do Brasil na área VIP dos grandes países” (LASMAR, 2007).

“Observou-se uma retomada da participação brasileira durante o governo Lula nas operações de paz da ONU entre 2003 e 2010, onde o Brasil passou da 47ª posição para a 12ª entre os maiores contribuintes com tropas” (SILVA, 2013, p.38). Podem ser citadas como importantes contribuições do Brasil para o cenário político internacional, a participação nas missões de paz da United Nations Interim Force in Lebanon (UNIFIL) e da Mission des Nations Unies pour la Stabilisation en Haïti (MINUSTAH). Outra iniciativa importante que contribuiu para o ativismo brasileiro no sistema internacional foi a criação do BRICS<sup>6</sup>.

A UNIFIL foi criada em 1978 pelo Conselho de Segurança da ONU e buscava dar suporte no conflito entre o Líbano e Israel. Buscando maior visibilidade no cenário internacional, o ministro das Relações Exteriores do governo Lula, Celso Amorim fez o seguinte pronunciamento: “não nos oferecemos, fomos chamados pelo próprio governo do Líbano e pelas

<sup>6</sup> Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.



Nações Unidas para ajudar. Isso é uma demonstração do novo contexto em que o Brasil está inserido”. O Brasil ingressou na UNIFIL em 2011 e se destacou por ter desde 2012 a liderança da força naval nesta iniciativa.

A MINUSTAH, criada pelo Conselho de Segurança da ONU, através da resolução 1542, de fevereiro de 2004, no segundo ano do primeiro mandato de Lula, tinha como objetivo reestabelecer a paz no Haiti, a segurança, e o respeito aos direitos humanos, já que, exílio do presidente Jean Bertrand Aristide, o número de casos de violência e extremismo no país aumentara proporcionalmente. Mais 15 países fizeram parte da missão de paz, dentre eles, a Argentina, o Paraguai, e o Uruguai. O Brasil teve o maior número de comandantes militares liderando a missão, mais de 10, entre 2004 e 2017:

Os dados demonstram que o país que mais se destacou na esfera militar da MINUSTAH foi o Brasil. Primeiro, foi quem contribuiu com o maior contingente militar. No auge, ou seja, no imediato pós-terremoto de janeiro de 2010, havia 2.187 brasileiros no país, o que equivalia a 25,4 por cento do total de tropas da ONU. Segundo, além de manter o maior número de militares no terreno, com o aval da ONU o Brasil também garantiu o comando militar da missão (Force Commander), sem rodízio, durante toda a duração da MINUSTAH. (HAMMAN, 2018).

O governo Brasileiro estava realmente mostrando sua capacidade de contribuição com a ONU. A missão acabou em 2017, com o reestabelecimento da ordem no Haiti, após o sucesso nas eleições do novo presidente Jovenel Moïse em 2016. De acordo com Lula, discurso na 62ª Assembleia Geral da ONU, 2007, “a participação do Brasil, em conjunto com outros países da América Latina e do Caribe, na Missão de Estabilização no Haiti simboliza nosso empenho de fortalecer o multilateralismo”. O BRICS, grupo criado pelo Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul<sup>7</sup> foi uma das maiores iniciativas no que concerne ao *soft power*, brasileiro. Por meio de encontros informais, O BRICs foi estabelecido, inicialmente, pelas quatro economias emergentes e posteriormente, com o posterior ingresso da África do Sul. O termo BRICs foi cunhado pelo economista britânico Jim O'Neill, do grupo financeiro Goldman Sachs em 2001, na visão de O' Neill, o grupo deveria manter essa relação de consenso e finanças entre os participantes, bem como viabilizar um futuro no qual eles se tornassem verdadeiras potências e fossem favorecidos inclusive do ponto de vista econômico por meio da aliança estabelecida entre eles (SANTOS, 2017).

A ideia iniciou-se com base no setor financeiro almejando a criação de um banco do BRICs, mesmo que posteriormente isso não tenha sido institucionalizado. A grande importância do BRICS é que juntos eles obtiveram um alto nível de influência mundial, a exemplo da quantidade pessoas que fazem parte do BRICs, visto que o grupo abriga alguns dos maiores estados do mundo em território e em populações. Por meio do BRICs, O Brasil busca maior representação no mundo e em certas regiões, projetando assim sua imagem como membro em potencial para um assento no Conselho de Segurança (VIOTTI, 2009, p. 82).

## 2. A CRIAÇÃO E ATUAÇÃO DO G-4

O G-4 foi um grupo formado por Brasil, Índia, Japão e Alemanha, fundado em 2005, com a pretensão de que cada membro do grupo pudesse obter um assento no CS-ONU por meio de uma reforma do mesmo. (BRIGIDO, 2010). O G-4 buscava uma reforma em que houvesse o aumento do número de assentos permanentes e o poder de veto. A visão dos fundadores do G-4 era de que a organização do Conselho de Segurança, além de antiquada, se baseava nos

<sup>7</sup> A África do Sul apenas fez parte do bloco em 2011



vencedores da Segunda Guerra Mundial, desprezando as mudanças no cenário internacional e o crescimento dessas potências emergentes, não viabilizando a participação das mesmas no Conselho (VIOTTI, 2009). Contrário ao exclusivismo do CS-ONU, o então presidente do Brasil, Lula da Silva, pede uma reforma do Conselho, durante Sessão Ordinária da Assembleia Geral das Nações Unidas em 2006:

O Brasil, juntamente com os países do G-4, sustenta que a ampliação do Conselho deve contemplar o ingresso de países em desenvolvimento no seu quadro permanente. Isso tornaria o órgão mais democrático, legítimo e mais representativo. Não podemos lidar com problemas novos, usando estruturas anacrônicas. Nós andamos pelo mundo ensinando a democracia aos outros, chegou à hora de aplicá-la a nós mesmos e mostrar que existe representação efetiva nos fóruns políticos das Nações Unidas. (CORRÊA, 2012, p. 907).

Em 2005, o G-4 apresentou sua primeira proposta de reforma à Assembleia da ONU:

A proposta do G4 prevê a ampliação de 5 para 11 no número de membros permanentes do Conselho e de 10 a 14 dos não-permanentes. Para facilitar a aprovação do texto, o grupo decidiu abrir mão por 15 anos do poder de veto para os novos membros permanentes. Os 6 novos membros permanentes seriam divididos da seguinte forma: 2 da Ásia, 2 da África, 1 da Europa e 1 da América Latina. Os autores da proposta são candidatos naturais às vagas. (TREVISAN, 2005).

O G-4 teve o apoio da França e do Reino Unido, para os quais o CS apresenta uma grande desigualdade e que é necessário maior representatividade de outros países tais como os membros do G-4, em sua maioria, países emergentes (VIOTTI, 2009, p. 92). Contudo, a reforma pretendida pelo G-4 não se concretizou, especialmente pela falta de apoio da maioria dos estados, três dos cinco membros permanentes se opuseram à proposta do G-4. Além do mais, a própria dinâmica do CS dificulta mudanças políticas que reflitam o sistema internacional atual:

O CSNU não é, necessariamente, um órgão mantenedor da paz e da segurança internacionais como determina a Carta da ONU. Essa é uma interpretação minimalista e literal. Defendo que é um órgão de preservação do status quo da ordem mundial tendo como eixo a liderança hegemônica dos EUA que, ao exercê-la, utilizam os consensos como mecanismo decisório para o CSNU (CASTRO, 2006, p. 01).

A seguir, é possível observar de modo sintético a proposta do G-4 para reforma do Conselho de Segurança da ONU:



Tabela 1: Propostas de reformas.

Grupos	Propostas de reformas
G4	10 Novos assentos: 6 permanentes, 4 não-permanentes. Dois para o continente asiático. Dois para o continente africano. Um para a América Latina. Um para a Europa Ocidental. Os não-permanentes:
	Um para a Ásia. Um para a América Latina e Caribe. Um para a África. Um para a Europa Oriental.
Unidos pelo consenso.	10 Novos assentos não-permanentes. Cadeiras rotativas entre, África, Ásia, América Latina e Caribe, Europa Oriental e Ocidental, e outros países.

Fonte: Brigido (2010)

## 2.1 Unidos pelo Consenso

Na década de 1990, surge o grupo Unidos Pelo Consenso, também conhecido como *Coffee Club*, formado por 12 países: Argentina, Canadá, Colômbia, Costa Rica, Espanha, Itália, Malta, México, Paquistão, República da Coreia, San Marino e Turquia. O grupo surge para se contrapor à reforma do CS-ONU pretendida por países como aqueles do G-4 e vez por outra levantam debates do cenário internacional (BRIGIDO, 2010; OLIVEIRA, 2017). Itália e Espanha se opõem à candidatura da Alemanha ao CS por questões históricas, com o receio do retorno do nacionalismo alemão que marcou a Segunda Guerra. A União Europeia (UE) sempre visou um assento, o que traria maiores benefícios para o bloco, e, assim como outros países europeus, acredita que, caso a Alemanha fosse aceita como membro permanente do CS, ela pudesse querer se desvincular da União, tornando-se um estado com maior poder, exercendo uma política externa independente da UE (LEVI, 2004).

México e a Argentina são contrários à candidatura do Brasil ao CS por questões de representatividade, “O Brasil briga pela vaga que, acredita, deverá ser aberta para um país em desenvolvimento. Mas México e Argentina também estão de olho no assento permanente e não devem apoiar abertamente a proposta brasileira” (CASTRO, 2007). Paquistão é contra a entrada da Índia pela rivalidade existente entre os dois em disputas pela região da Caxemira, assim como a Coreia do Sul é contrária à entrada do Japão por motivos políticos. A Argentina era contrária ao aumento dos membros permanentes, contudo concordava com o aumento do número de não permanentes. (BRIGIDO, 2010, p 57).

Em 2005, o Unidos Pelo Consenso apresentou uma proposta ao Conselho de Segurança concordando com o fato de ser necessária uma reforma, mas de modo diferente àquela feita pelo G4. A iniciativa almejava apenas a criação de novos assentos não permanentes (CASTRO, 2006). Assim, não ocorreria uma mudança drástica no cenário, entretanto haveria maior abertura pra novos países terem acesso ao Conselho, mesmo sem poder de veto e sem alterar a estrutura original.



## 2.2 Os países Latino-americanos e o G-4

O interesse brasileiro na obtenção de um assento no CS-ONU desperta a atenção dos países vizinhos, e, em alguns casos, a falta de apoio deles, mormente da Argentina, nação com maior potencial, além do Brasil, para obter um potencial assento no CS como representante da América Latina. No cenário internacional, essa falta de apoio dos países vizinhos, enfraquecia a visão do Brasil como um estado capaz de representar a região, visto que o apoio regional seria um indício positivo para o governo brasileiro em sua busca pelo assento no CS. O receio da Argentina se dava por acreditar que o Brasil, ao obter um assento, não iria representar de forma satisfatória a América Latina, pois, historicamente, o Brasil tende a se alinhar aos Estados Unidos, levando assim a Argentina a temer o Brasil como um membro permanente do Conselho. Entretanto, o presidente brasileiro contradizia essa visão da Argentina, demonstrando apoio e representatividade à toda América do Sul, reiterando seu posicionamento em seu primeiro discurso na ONU:

O Brasil tem se esforçado para praticar com coerência os princípios que defende. O novo relacionamento que estamos estabelecendo com os vizinhos do continente Sul-americano baseia-se no respeito mútuo, na amizade e na cooperação. Estamos indo além das circunstâncias históricas e geográficas que compartilhamos, para criar um inédito sentimento de parentesco e de parceria. Neste contexto, nossa relação com a Argentina é fundamental. A América do Sul afirma-se, cada vez mais, como região de paz, democracia e desenvolvimento, que pode, inclusive, ser uma nova fronteira de crescimento para a economia mundial há anos estagnada. (CORRÊA, 2012, p.)

No cenário internacional, uma liderança de sucesso não depende apenas de recursos e ambições, mas também do apoio de seus vizinhos. Para lograr êxito, a liderança de um país deve ser aceita por seus pares, especialmente pelos países vizinhos, uma vez que os ganhos de poder afetam diretamente a respectiva região. A participação de países vizinhos é uma condição importante para dar a esses países a base de poder para a projeção de energia regional e global, (SCHIRM, 2010, p. 199). De acordo com Jorge Mascarenhas Lasmari<sup>8</sup>, autor de “A Organização das Nações Unidas”, em entrevista para o G1 (2007) : “O CS é uma questão muito importante em termos de política internacional, que agrega muito prestígio e representaria uma entrada do Brasil na área VIP dos grandes países”.

A Argentina não compartilhava da visão de que ter um membro no Conselho que representasse a América Latina seria benéfico. Acreditava que elevando o Brasil ao Conselho, o país se tornaria uma hegemonia local. Em 2005, na busca ativa para melhorar a relação com a Argentina, Lula e o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, afirmavam:

O Brasil está comprometido em reforçar a aliança estratégica com o principal parceiro em nossa região – a Argentina – e em construir uma América do Sul próspera, integrada e politicamente estável, a partir de nossa experiência no MERCOSUL, cujo aperfeiçoamento, nos planos econômico e político, continuaremos a buscar incessantemente (na LX Sessão Ordinária da Assembleia Geral das Nações Unidas, 2005).

O conflito com a Argentina vinha se desenvolvendo desde governos anteriores, com Lula tentando se aproximar do presidente Néstor Kirchner, porém Kirchner mantinha suas ressalvas.

<sup>8</sup> BUARQUE, Daniel. Brasil luta por vaga na ONU, mas dificilmente obterá, dizem analistas. G1 [online], 25.09.2007.



Em dezembro de 2004, Kirchner assinou uma nota conjunta com o ditador paquistanês Pervez Musharraf, afirmando que: "o aumento de assentos não-permanentes é a única alternativa viável para uma reforma bem-sucedida do Conselho" (FOLHA, 2007). O presidente Nestor Kirchner demonstrava receio, porque via o Brasil como um país que agia unilateralmente, alegando que os brasileiros buscavam maior visibilidade na Organização Mundial do Comércio (OMC), criando laços maiores com países em desenvolvimento através do BRICS, não priorizando os países vizinhos, contudo ainda buscando o assento no CS.

Assim como a Argentina, o governo mexicano também não apoiava o Brasil em sua empreitada pelo assento no CS. Durante o seu governo, Lula tentou uma aproximação com o México, que, porém, se mostrou bastante receoso e pouco aberto à relação com o Brasil. O México via a pretensão do Brasil da mesma forma que a Argentina, acreditando que o Brasil não era merecedor do assento e que isso só traria maior discrepância no cenário da América Latina. O México é a segunda maior potência demográfica e econômica da América Latina depois do Brasil, e acreditava que também era digno de um assento. Brasil e México são grandes parceiros comerciais, porém há divergências sobre certas decisões de política externa.

### 3. A OPOSIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA AO SEU ANTIGO ALIADO

Brasil e EUA são aliados históricos, contudo, durante o ano de 2003, com a invasão americana ao Iraque, o uso unilateral da força pelos Estados Unidos manchou a credibilidade do Conselho de Segurança aos olhos da opinião pública internacional. (VIOTTI, 2009). O Brasil apenas apoiava a invasão do Iraque se houvesse um consenso entre a ONU e os EUA em intervir (ALENCAR, FRAGA, 2003), entretanto, mesmo sem a autorização da ONU, os EUA invadiram o Iraque. Hans Blix, chefe da equipe de inspeção no Iraque em 2009, explicou que os EUA consideraram irrelevante a oposição de China, Alemanha, França e Rússia e agiu de forma unilateral. "Se hipocrisia for considerar o vício uma virtude, então os argumentos distorcidos usados por aqueles que violaram as normas internacionais significariam o respeito pela Carta da ONU..." (ESTADÃO, 2009). O fato de o Brasil não apoiar os EUA poderia futuramente gerar atritos, entretanto o Brasil sempre defendeu o uso do *soft power* e a promoção da paz, não condizendo com a ideia de se sobrepor a soberania de um Estado.

Dentre os esforços brasileiros para a promoção de seu *soft power* e assim projetar uma imagem de país capaz de ter um assento no CS, está a Declaração de Teerã, acordo mediado por Brasil e Turquia para levar o Irã a negociar com a comunidade internacional no que concerne ao seu programa nuclear. Segundo Parsi (2012), apud Silva:

A aceitação iraniana do acordo proposto por brasileiros e turcos se deveu, acima de tudo, ao respeito prestado por suas delegações. Esses países, por outro lado, não receberam bem a "Declaração de Teerã", rejeitando-a desde seu anúncio. Isso porque os Estados Unidos e seus aliados não gostaram de ver países menos destacados no cenário internacional atingirem o que eles não obtiveram. Ademais, como já estava anunciado outro ciclo de sanções ao Irã, havia um temor de que o acordo pudesse soar como um sinal de fraqueza. (SILVA., 2012, p. 03)

Enquanto os Estados Unidos se opunham ao fato de o Irã continuar fazendo testes e desenvolvendo seu poder nuclear, a negociação entre Brasil, Turquia e Irã gerou um alto nível de entendimento. Com a declaração de Teerã, o Brasil, por via de seus meios diplomáticos, pode demonstrar sua capacidade como negociador internacional, apresentando-se assim como um *player* no cenário internacional (SILVA, 2012). O Brasil foi tido como uma ameaça às grandes potências, principalmente os EUA, que não aprovavam a crescente relação entre o Irã e o Brasil. Logo após a assinatura da Declaração de Teerã, os EUA junto com outros países do Conselho,



aprovaram uma medida em que iriam continuar e agravar a aplicação de sanções ao Irã (SANTOS, OLIVEIRA, 2018):

A posição do Brasil como candidato potencial a um assento no CSNU não era vista de maneira positiva pelos americanos e, naturalmente, suas iniciativas no campo da “alta política” não seriam toleradas pela superpotência. Sob essa perspectiva, a rejeição da Declaração de Teerã pelos EUA pode ser vista como uma estratégia dupla por parte do governo americano (SANTOS, OLIVEIRA, 2018, p. 13, tradução nossa).

Os EUA viam o Brasil como uma ameaça pelo fato de um país em desenvolvimento poder entrar numa posição elevada do Conselho, o que não favoreceria os americanos em decisões futuras, principalmente, porque o Brasil passaria a ter a capacidade de intervir em decisões que favoreceriam não só o lado Europeu e Norte Americano mas também o do próprio Brasil e da América Latina. (ALCARO, COMELLI, MATARAZZO, 2005).

## CONCLUSÃO

Tendo em vista os aspectos observados, percebe-se que houve um grande esforço do Brasil em busca do assento permanente no CS durante o governo Lula, entretanto, não obtendo sucesso na tentativa de reforma. Entende-se que não faltaram esforços na tentativa de obter maior visibilidade no cenário internacional, as iniciativas do Brasil em obter maior destaque no cenário mundial da ONU, como sua maior participação em missões de paz, trouxe visibilidade ao Brasil para demonstrar que também tem poder e pôde contribuir de forma satisfatória com a comunidade internacional. Observa-se também sua capacidade de mediação em obter sucesso em uma negociação como a declaração do Teerã em que o próprio P5 não obteve sucesso, preferindo seguir com mediadas coercivas para conter o Irã e seu programa nuclear.

A tentativa de se aliar a países que se encontravam no mesmo cenário de busca pelo assento acabou não sendo o suficiente, tendo em vista que não só o Brasil, mas seus aliados do G-4 tinham oponentes históricos. O fato de se aliar aos países do G4 faz jus à visão do Brasil em que não apenas ele, mas também outros estados, como a Índia, não eram representados corretamente. Mesmo com o apoio do Reino Unido e da França, não seria suficiente para a conclusão da reforma.

Apesar da busca do apoio dos seus países vizinhos e aliados por meio de visitas e tentativas de aproximação, não houve um grande avanço para o Brasil. O não apoio dos países latino-americanos seria um dos fatores que possivelmente influenciaram o governo brasileiro a não obter sucesso na reforma do CS, visto que seus vizinhos não vislumbram benefícios com a entrada do Brasil no órgão. Isso é evidente, principalmente no que se refere à relação com a Argentina, cuja desconfiança acerca da liderança brasileira na América do Sul levou o país a se opor ao interesse brasileiro por um assento no Conselho.

Outro fator que deve ser mencionado é a visão dos EUA de que o Brasil seria uma ameaça à sua hegemonia nas Américas. A invasão do Iraque pelos Estados Unidos, complicou um pouco mais a relação do governo brasileiro em relação aos EUA, já que o Brasil condenara ação americana (sem autorização da ONU), além do fato de o Brasil, à época, estar expandindo suas relações bilaterais com o Oriente Médio. O acordo de Teerã também demonstrou que o Brasil foi capaz de obter um resultado positivo em uma negociação que nem as grandes potências foram capazes de conseguir, o que acabou por demonstrar a capacidade brasileira de negociação em assuntos da alta política mundial.

Conclui-se que uma das partes mais conflitantes no cenário da política externa se deu pelas relações que o Brasil mantinha com seus países tanto vizinhos como aliados. Entende-se que sempre que o Brasil iniciava a sua tentativa de obtenção do assento no CS, surgia algum



impedimento. O processo de obtenção do assento permanente ainda é um longo caminho, haja vista os interesses conflitantes do cenário internacional. É preciso mais que vontade e ativismo político. É preciso uma reformulação no sistema político internacional para que organismos como o P5 possam ser reformados e passar a representar o cenário político atual.

## REFERÊNCIAS

ALCARO, Riccardo; COMELLI, Michele; MATARAZZO, Raffaello. La Riforma delle Nazioni Unite: Contributi di Istituti di ricerca specializzati . dossier, Italia, v. 1, n. 14, p. 25-33, set./2005. Disponível em: <[http://www.iai.it/sites/default/files/pi\\_a\\_c\\_030.pdf](http://www.iai.it/sites/default/files/pi_a_c_030.pdf)>. Acesso em: 19 nov. 2019.

ARRAES, Virgílio Caixeta. O Brasil e o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas: dos anos 90 a 2002. **Rev. bras. polít. int., Brasília** , v. 48, n. 2, p. 152-168, Dec. 2005 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-73292005000200008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292005000200008&lng=en&nrm=iso)>. access on 21 Nov. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73292005000200008>

BBC BRASIL. **Mecanismos da ONU são anacrônicos, diz Amorim**. Disponível em: [https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2006/09/printable/060918\\_amori\\_monubg\\_ac.shtml](https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2006/09/printable/060918_amori_monubg_ac.shtml). Acesso em: 19 set. 2019.

BRIGIDO, Eveline Vieira. **O Brasil e a reforma do Conselho de Segurança da ONU: Estratégias da diplomacia brasileira para a obtenção de um assento permanente**. 1. ed. Porto alegre: [s.n.], 2010. p. 70-205.

CASTRO, Thales Cavalcanti. **A ONU, o Conselho de Segurança e o Brasil: convergências, assimetrias e dilemas**. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 10, n. 640, 9 abr. 2006. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/6538>. Acesso em: 3 dez. 2019.

CORRÊA, L. F. D. S. **O Brasil nas Nações Unidas 1946 – 2011: Discursos do Brasil na ONU**. 3. ed. Brasília: Fundação alexandre gusmão, 2012. p. 839-963.

DANIEL, R. G. A. *et al.* **O Brasil e a Unifil: Considerações sobre a Participação Brasileira na Força Tarefa Marítima**. Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU)., Brasil, p. 13-16, jan./2011. Disponível em:

<[https://www.defesa.gov.br/arquivos/ensino\\_e\\_pesquisa/defesa\\_academia/cadn/artigos/xiv\\_cadn/o\\_brasil\\_e\\_a\\_unifil\\_consideracoes\\_sobre\\_a\\_participacao\\_brasileira\\_na\\_forca\\_tarefa\\_martima.pdf](https://www.defesa.gov.br/arquivos/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/cadn/artigos/xiv_cadn/o_brasil_e_a_unifil_consideracoes_sobre_a_participacao_brasileira_na_forca_tarefa_martima.pdf)>. Acesso em: 17 set. 2019.

DEFESA GOV BR. **O Brasil na Unifil (Líbano)**. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/relacoes-internacionais/missoes-de-paz/o-brasil-na-unifil-libano>. Acesso em: 15 ago. 2019.

ENADO.GOV. **Força Interina da ONU no Líbano**. Disponível em: <https://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/defesa-nacional/estrategia-nacional-para-reorganizacao-e-reaparelhamento-da-defesa/forca-interina-da-onu-no-libano.aspx>. Acesso em: 15 ago. 2019.



ESTADÃO. **Celso Amorim cobra a ONU o assento no Conselho de Segurança.** Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,amorim-cobra-onu-sobre-vaga-no-conselho-de-seguranca,218018>. Acesso em: 10 out. 2019.

FOLHA. **Argentina intensifica campanha contra o Brasil no Conselho de Segurança da ONU.** 2007. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1404200532.htm>. Acesso em: 13 set. 2019.

HAMANN, Eduarda Passarelli. **A reforma do Conselho de Segurança da ONU: : visão de mundo e narrativas do Brasil.** Instituto Igarapé, Igarapé, v. 17, n. 17, p. 1-36, abr./2005. Disponível em: [https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2015/05/NE-17\\_A-reforma-do-Conselho-de-Seguran%C3%A7a-da-ONU.pdf](https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2015/05/NE-17_A-reforma-do-Conselho-de-Seguran%C3%A7a-da-ONU.pdf). Acesso em: 15 ago. 2019.

HERZ, Monica. **O Brasil e a reforma da ONU.** Lua Nova, São Paulo, n. 46, p. 77-98, 1999.

LULA, Luiz Inácio. **Horizontes da integração latino-americana: Não se trata de um movimento contra os países desenvolvidos, mas de legítima afirmação da nossa própria região.** EL PAIS, Brasília, 2014. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2014/01/22/opinion/1390421544\\_001397.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2014/01/22/opinion/1390421544_001397.html). Acesso em: 12 nov. 2019.

OLIVEIRA, V. W. M. D. **O Brasil e a reforma do Conselho de Segurança da ONU entre os Governos Itamar e Lula.** UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS: subtítulo da revista, Uberlândia, p. 13-59, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/26591/3/BrasilReformaConselho.pdf>. Acesso em: 4 out. 2019.

SILVA, A. M. M. P. D. **O Bric na Política Externa do Governo Lula (2003-2010): do Conceito à Coalizão : PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS.** 95. ed. Brasília: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 2012. p. 114.

MENDES, Flávio Pedroso. **O Brasil e a reforma do Conselho de Segurança: uma análise realista.** Contexto int., Rio de Janeiro, v. 37, n. 1, p. 113-142, Apr. 2015. Available from [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-85292015000100113&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292015000100113&lng=en&nrm=iso). access on 12 Ago. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-85292015000100004>.

NAÇÕES UNIDAS. **Na Assembleia Geral da ONU, Celso Amorim fala sobre a reforma do Conselho de Segurança.** Disponível em: <https://nacoesunidas.org/na-assembleia-geral-da-onu-celso-amorim-fala-sobre-a-reforma-do-conselho-de-seguranca/>. Acesso em: 8 out. 2019.

OLIVEIRA, Marcos Aurelio Guedes de; SANTOS, Deijenane Gomes dos. Brazil, the

United States and the Tehran Declaration. **Rev. bras. polít. int., Brasília**, v. 61, n. 1, e009, 2018.



OLIVEIRA, V. W. M. D. **O Brasil e a reforma do Conselho de Segurança da ONU entre os Governos Itamar e Lula.** UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS: subtítulo da revista, Uberlandia, p. 13-59, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/26591/3/BrasilReformaConselho.pdf>. Acesso em: 4 out. 2019.

LEVI, LUCIO. PEACELINK. **L'ONU Per un Mondo Più Sicuro.** Disponível em: <https://www.peacelink.it/europace/a/8760.html>. Acesso em: 24 out. 2019.

SCHIRM, Stefan A.. Leaders in need of followers: Emerging powers in global governance. **European Journal of International Relations**, University of Bochum, Germany, v. 1, n. 1, p. 1-12, 2010.

UZIEL, Eduardo. **O Conselho de Segurança, as Operações de**

**Manutenção da Paz e a Inserção do Brasil no Mecanismo de Segurança Coletiva das Nações Unidas:** TESE. 1. ed. Brasília, 2010. p. 79-190.

VIOTTI, Maria Luiza Ribeiro. **A reforma das Nações Unidas.** In: SEMINÁRIO SOBRE A REFORMA DA ONU, 2009, Rio de Janeiro. Reforma da ONU: textos acadêmicos. Brasília: FUNAG, 2009.

ZIEMATH, G. G. D. S. **O Brasil no Conselho de Segurança das Nações Unidas : 1945-2011.** 1. ed. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2016. p. 81-113.

TREVISAN. Eliézer Theodoro. **O Conselho de Segurança da ONU:** JUS: Brasília, v. 1, n. 1, p. 1-2, dez./2005.

GARCIA, Eugenio V; **Conselho de Segurança das Nações Unidas:** 1. ed. Brasília: FUNAG, 2013. p. 87-99.